

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

18 a 20
Fev
2017

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Autorizado novo Fórum Cível na Serra

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), desembargador Annibal de Rezende Lima, autorizou a locação de prédio para a implantação do novo Fórum Cível da Serra, que deve abrigar parte dos juízes do município.

De acordo com o edital publicado no Diário da Justiça, o imóvel a ser locado deverá estar em boas condições de uso e ter área útil mínima de 3.990 metros quadrados, e a verba para locação virá dos recursos de custeio do Judiciário. Os recursos para o pagamento do aluguel virão de arrecadação própria do Poder.

No atual Fórum da Serra deverão continuar funcionando 18 varas criminais, além da administração do Fórum. O prédio atual, lo-



DIVULGAÇÃO

ANNIBAL E FARINA: implantação

calizado em Serra-Sede, receberá reforma, ainda sem data prevista.

Os detalhes para a implantação do novo Fórum Cível foram definidos entre o presidente do TJ e o diretor do Fórum da Serra, juiz Alexandre Farina Lopes.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Inspeção no Tribunal de Justiça amanhã

Problemas como falta de servidores e de condições estruturais nas comarcas serão analisados até sexta por comissão do CNJ

Vitor Carletti

A falta de servidores e as condições estruturais de comarcas do Judiciário capixaba serão alvos de uma inspeção realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que começa amanhã e termina na sexta-feira.

“Instaurar inspeção nos setores administrativos e judiciais da Justiça comum estadual, de 1º e 2º graus de jurisdição, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) e serventias extrajudiciais do Estado”, define o 1º artigo da portaria, publicada no mês passado.

O documento, assinado pelo mi-

nistro e corregedor nacional de Justiça, João Otávio de Noronha, diz que os trabalhos e prazos processuais não serão suspensos por causa da inspeção, que vai tramitar sob sigilo de Justiça.

Os trabalhos vão ficar a cargo do juiz-substituto de 2º grau Carlos Vieira von Adamek e do juiz Márcio Antônio Boscaro, ambos do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP); dos juizes Márcio Evangelista Ferreira da Silva e Márcio da Silva Alexandre, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT); Rui de Almeida Magalhães, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG); e Candice Lavocat Galvão Jobim, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

O Ministério Público Estadual, a seccional da Ordem dos Advogados do Espírito Santo (OAB-ES) e a Defensoria Pública Estadual foram convidados a participar.

O TJ-ES já recebeu, desde o segundo semestre de 2013, quatro

alertas do Tribunal de Contas do Estado (TC-ES) por ter ultrapassado o limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal com pagamento de servidores.

O presidente da OAB-ES, Homero Mafra, disse que a prestação dos serviços está comprometida devido à falta de estrutura das comarcas, servidores e juizes, o que aumenta a lentidão nos julgamentos.

Mafra, porém, isentou o presidente do TJ-ES, desembargador Annibal de Rezende Lima, de culpa pela situação “gravíssima” pela qual passa o Judiciário capixaba.

“No primeiro grau de jurisdição, a situação é extremamente precária, beira o caos. As petições formam pilhas e mais pilhas. A advocacia não pode conviver com essa situação. O Fórum de Mimoso do Sul está com as estruturas condenadas. O de Castelo tem problemas de estrutura gravíssimo. O que motivou o TJ a passar do limite prudencial com a folha de pagamentos?”, questionou.



MAFRA (destaque) disse que a prestação dos serviços está comprometida, o que aumenta a lentidão nos julgamentos do Tribunal de Justiça do Espírito Santo



ENTENDA O CASO

Trabalhos das 9 às 19 horas

Inspeção vai até sexta-feira

> O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) vai realizar uma inspeção no Judiciário capixaba a partir de amanhã. A fiscalização vai se estender até a próxima sexta-feira.

> A INSPEÇÃO será realizada das 9 às 19 horas, e, no período dos trabalhos, os setores precisam ter, pelo menos, um servidor com conhecimento para prestar informações à equipe da inspeção, com a presença no início dos trabalhos de todos os servidores lotados nos respectivos setores, garantindo a efetividade dos trabalhos.

> A PORTARIA do CNJ, com data de 9 de janeiro, solicitou ao TJ-ES uma sala com capacidade para, ao menos, 16 pessoas sentadas, na sede

administrativa do Tribunal, com 16 computadores conectados à internet e impressora, a fim de que possam ser realizados os trabalhos de análise dos documentos e informações colhidos durante a inspeção.

> A INSPEÇÃO deverá tramitar sob sigilo de Justiça. Segundo a Amages, as últimas inspeções ocorrem em 2009 e o CNJ realizou uma revisão entre 2010 e 2011.

> A AMAGES E A OAB-ES reclamam de falta de servidores e da estrutura de fóruns no Estado.

> O MINISTÉRIO PÚBLICO afirma desconhecer reclamações sobre a situação relatada pela OAB e Amages.

Fonte: Portaria de 9/1/2017 e órgãos citados.

Amages admite falta de servidores

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turibio, confirma que falta servidores e que há fóruns com estruturas precárias.

“O Conselho Nacional de Justiça até pode propor medidas, mas é de difícil solução a curto prazo, com relação a servidores, pois para contratar é preciso fazer concurso”.

Turibio disse que a atual administração do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) tem procurado solucionar o problema dos fóruns.

“O Fórum de Anchieta tinha problemas e foi transferido de local. No de Vitória, foi alugado um imóvel para levar parte das varas. Está sendo negociado com a União para passar parte do Fórum de Vitória para um prédio que fica na



TURIBIO: estruturas precárias

avenida Jerônimo Monteiro. E na Serra, saiu um chamamento de preço para tentar alugar uma área

para abrigar algumas varas”.

Já a procuradora-geral de Justiça, Elda Spedo, disse desconhecer reclamações de membros do Ministério Público Estadual sobre a falta de estrutura e de servidores, como afirmam a Amages e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). “Não tenho nenhuma notícia sobre isso”, afirmou.

A assessoria do TJ-ES foi demandada no final da tarde da última sexta-feira e informou que, “devido ao horário que recebemos a demanda, não foi possível despachar com o presidente do TJ-ES (Annibal de Rezende Lima)”.

A presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo, Adda Machado, não atendeu ontem às ligações.

CNJ inicia inspeção no Tribunal de Justiça

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) começa, hoje, uma inspeção nos setores administrativos e judiciais da Justiça comum, de 1º e 2º grau de jurisdição, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

Ela obedece uma portaria, assinada no mês passado pelo ministro e corregedor nacional de Justiça, João Otávio de Noronha.

Os trabalhos serão realizados pelos juízes Carlos Vieira von Adamek e Márcio Antônio Boscaro, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP); Márcio Evangelista Ferreira da Silva e Márcio da Silva Alexandre, do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT); Rui de Almeida Magalhães, de Minas Gerais (TJ-MG); e Candice Lavocat Galvão Jobim, do Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

O Ministério Público Estadual, a seccional da Ordem dos Advoga-

dos do Espírito Santo (OAB-ES) e a Defensoria Pública Estadual também foram convidados a participar. A inspeção vai até sexta-feira.

THIAGO COUTINHO - 02/08/2015

SEDE DO TJ:
inspeção até sexta



PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

Inspeção no Tribunal de Justiça hoje

A Corregedoria Nacional de Justiça começa hoje uma inspeção no Tribunal de Justiça do Estado. Entram na inspeção, que vai até sexta-feira, os setores administrativos e judiciais da Justiça Comum Estadual, de 1º e 2º graus.

Os trabalhos ficarão a cargo do juiz substituto de 2º grau Carlos Adamek e do juiz de direito Márcio Boscaro, ambos do Tribunal de Justiça de São Paulo.



ESPECIAL SEGURANÇA

1.151 PMs INVESTIGADOS POR MOTIM OU REVOLTA

Punições atingem mais de 10% da tropa no Espírito Santo

CARLOS ALBERTO SILVA - 12/02/2017



No último sábado, uma parte dos policiais atendeu às ordens e se apresentou para trabalhar nas ruas durante a paralisação

Um total de 1.151 policiais militares é alvo de punições por ter participado do movimento grevista, iniciado por seus familiares no último dia 3. O número representa mais de 10% da tropa no Estado. As informações foram divulgadas ontem pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

As punições podem ocorrer tanto na área administrativa, com a abertura de procedimentos disciplinares, quanto na área penal, com a instauração de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) por cometimento de crimes militares, como motim e revolta. As duas situações podem resultar em expulsão da corporação ou prisão por até 20 anos.

Desta vez, as informações não foram divulgadas no Diário Oficial do Estado.

No último dia 14 a publicação trouxe o nome de 155 pessoas que estão sendo investigadas, seja em IPMs ou processos administrativos.

Agora os dados ficaram restritos ao Boletim Geral da Polícia Militar. Na publicação de ontem foi repetida a lista anterior, com os 155 nomes. A novidade foi a distribuição destes nomes em grupos. Também foi informado as portarias de aberturas dos IPMs, sem, no entanto, detalhar quem são as pessoas em cada um dos inquéritos.

De acordo com a Sesp, 124 militares responderão Processos Administrativos Disciplinares de Rito Ordinário (PAD-RO). São os policiais que possuem menos de dez anos de carreira. Outros 27 vão ser levados ao Conselho de Disciplina.

INQUÉRITOS

24

portarias

Foram os documentos, de inquéritos policiais, abertos contra 996 PMs.

996

policiais

É o total de militares que estão sendo investigados e que não tiveram os nomes revelados nos IPMs.

Estes possuem mais de dez anos de corporação.

Além destes, foram divulgados no boletim da PM, o nome de dois tenentes-coronéis, um major e

um capitão que vão responder a IPMs.

Somando todos estes números, faltam 996 nomes que vão responder a IPMs, mas que não foram identificados no boletim. Ao todo foram abertas 24 portarias para identificar estes casos, o que dá uma média em torno de 41 pessoas investigadas para cada portaria.

DE OLHO

A Promotoria de Justiça junto à Vara da Auditoria Militar informou que já está acompanhando todas as investigações que estão sendo realizadas. A mesma equipe vai analisar o material quando eles forem concluídos. Para tanto, receberá reforços a partir da próxima semana.

A expectativa é de que os inquéritos, já concluí-

dos, comecem a ser entregues à Promotoria logo após o fim do carnaval oficial, ou seja, no início do mês de março.

De acordo com a Promotoria, por enquanto os trabalhos de investigação são feitos em cada batalhão e unidade da Polícia Militar. São nestes locais que vão ser identificados os policiais que não atenderam as ordens do Comando da corporação para retornarem ao trabalho, o que acaba configurando um aquartelamento. E será preciso ainda saber quem são os líderes.

Como há escalas de trabalho, é necessário identificar, em cada dia do movimento, os policiais que não cumpriram as ordens. O material segue para a Corregedoria da PM, para a produção dos IPMs.

ENTENDA

INVESTIGADOS

▼ Alvos

De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), um total de 1.151 militares estão sendo investigados pela corporação. As punições podem resultar em expulsão e prisão por até 20 anos.

MOTIVO

▼ Crimes

Eles teriam cometido uma ação de desobediência, grave crime militar, como são os casos de motim ou revolta, por se aquartelarem. São casos que podem resultar em até 20 anos de prisão.

DIVULGAÇÃO

▼ Casos

Ontem a PM divulgou, em seu boletim interno, a lista que já havia sido publicada no Diário Oficial no último dia 14, e incluiu mais 24 portarias que instauraram os Inquéritos Policiais Militares (IPMs)

PROCEDIMENTOS

▼ Administrativos

São os chamados PADs RO. Já foram abertos para 124 militares que possuem menos de dez anos na corporação. Todos também foram afastados de suas funções. Em sua maioria, são soldados e cabos.

CONSELHO

▼ Disciplina

A ele vão responder 27 militares com mais de dez anos de casa.

IPMS

▼ Novos

Foram publicados 24 portarias, para 996 casos. Há ainda os inquéritos de outros 4 militares.

ESPECIAL SEGURANÇA

CARLOS ALBERTO SILVA - 05/02/2017



Vítima aguardava para registrar ocorrência na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, em Vitória (à esquerda). Imagem de câmera de segurança mostra criminosos levando carro de mulher na Mata da Praia, na Capital (acima)

ESTADO TEVE 921 CARROS ROUBADOS OU FURTADOS

Crimes ocorreram entre os dias 4 e 16 deste mês, durante a crise

Entre 4 e 16 de fevereiro, foram registradas 921 ocorrências de furtos e roubos de veículos em todo o Espírito Santo, durante a crise na segurança pública. O número representa um aumento de 357 crimes, com relação ao mesmo período no ano passado. A informação é do Sindicato dos Policiais Cíveis do Espírito

Santo (Sindipol).

Do total, 702 vítimas foram roubadas, ou seja, perderam os veículos em assaltos, em abordagens com uso de algum tipo de arma. Os outros 219 crimes foram furtos, ocorreram sem a presença das vítimas.

Já no mesmo período no ano passado, o número

de furtos sobressaiu o de roubos. Foram 142 casos de roubos e 180 de furtos em todo o Espírito Santo, segundo o sindicato.

TRABALHO

A segunda-feira, 6 de fevereiro, foi um dos dias mais críticos do caos vivido pelos capixabas, quando a Delegacia de Furto e Roubo de

AUMENTO

357
crimes

Foi a quantidade registrada a mais este ano, na comparação com o mesmo período de 2016.

Veículos (DFRV) chegou a atender 200 ocorrências.

Uma fila chegou a ser formada na Delegacia por pessoas que aguardavam atendimento para registrar esses casos.

Pela grande procura, as delegacias regionais tiveram que dar apoio no registro desse tipo de ocorrências. Por isso,

quem for vítima de roubo ou furto de veículo pode registrar o crime na delegacia regional mais próxima.

Na sexta-feira da semana passada, dia 10, uma mega operação envolvendo policiais civis de várias delegacias, recuperou 32 veículos que haviam sido levados por criminosos.

Ônibus é incendiado em Cariacica

Um ônibus do sistema Transcol foi incendiado na noite de ontem, no bairro Vila Isabel, em Cariacica. O coletivo fazia a linha 588 (Terminal de Campo Grande x Terminal de Itaparica).

Este é oitavo caso de ataque a ônibus na Grande Vitória desde o início da paralisação da Polícia Militar, no dia 4 de fevereiro.

O Corpo de Bombeiros foi acionado e homens da Força Nacional deram apoio no local.

O presidente do Sindirodoviários, Edson Bas-

tos, disse que está ciente da ocorrência, informou que não houve feridos no incêndio e garantiu que os ônibus vão circular conforme programação já divulgada pela Ceturb.

ATAQUES

No dia 5, em um domingo a noite, três ônibus foram queimados em Mangueiros, balneário da Serra. Era o segundo dia do movimento grevista.

No dia 13 cinco jovens de carro fecharam o ônibus da linha 015 (Jockey Itaparica x São Torquato) e exigiram que todos os

CASOS

8

ataques a ônibus

É o número registrado desde o início da paralisação da PM.

passageiros descessem. Depois, atearam fogo no veículo. Dois menores se apresentaram à polícia na última quinta-feira confessando participação no crime.

No mesmo dia, outro

ônibus foi incendiado em Campo Belo, em Cariacica. Dois criminosos de moto comandaram a ação no ônibus da linha 588. Ainda no dia 13, em Atafé, em Vila Velha, criminosos tentaram atear fogo em um Transcol da linha 604 (Terminal Ibes x Terminal São Torquato).

Já no última dia 14, um ônibus da linha 671 (Terminal São Torquato x Vila Garrido) foi queimado por quatro motoqueiros armados em Vila Garrido, em Vila Velha. Havia cerca de 30 passageiros no carro.



Veículo do Transcol em chamas no bairro Vila Isabel

FOTO DO LECTOR



ANTONIO MOREIRA - 10/02/2017

MILITARES no Quartel do Comando Geral, em Maruípe: policiais ouvidos dizem estar céticos quanto a capacidade do governo de processar mais de mil inquiridos em 60 dias, limite para a conclusão do Inquérito Policial Militar (IPM)

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Estado indicia 1.151 policiais

Governo publicou abertura de inquéritos contra PMs por motim e revolta. Se forem condenados, eles podem pegar de oito a 20 anos de prisão

Cumprindo a promessa de agir com rigor com relação a policiais militares envolvidos no movimento de greve, o governo do Estado publicou ontem a abertura de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para investigar 1.151 PMs por crimes de motim e revolta.

A abertura dos inquéritos foi publicada ontem, no Boletim Geral da Polícia Militar, mas não informa os nomes de cada policial que será investigado nos inquéritos.

No texto, 25 portarias são publicadas, com o nome de cada PM

encarregado por conduzir as investigações. O número de policiais investigados representa 10% da tropa da PM no Estado, que é de cerca de 10 mil homens.

Apesar da publicação, PMs estão céticos quanto a capacidade do governo de processar mais de mil inquiridos em 60 dias, limite para a conclusão do Inquérito Policial Militar. Para eles, no entanto, a divulgação dos números serve para pressionar a volta ao trabalho dos militares.

Caso sejam julgados e condenados, os militares podem pegar de

oito a 20 anos de prisão. Inicialmente, a PM informou que seriam 703 indiciados, mas o número aumentou e outros 448 PMs entram para a lista – 63% a mais.

Na última terça-feira, a PM já havia publicado quatro nomes de tenentes-coronéis, major e capitão que iriam responder pelos crimes.

A partir da instauração, os casos são investigados e, caso haja indício de crime, posteriormente eles são entregues ao Ministério Público.

Além dos IPMs, a PM também publicou no Boletim Geral o nome dos policiais que irão responder a processos demissionários.

Estão listados 124 militares que responderão Processos Administrativos Disciplinares de Rito Or-

dinário e 27 relacionados ao Conselho de Disciplina, totalizando 151 PMs que podem ser demitidos.

Sobre a abertura dos inquéritos, a Secretaria de Estado da Segurança Pública informou que não irá comentar os atos publicados.

O presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar (Assomes), major Rogério Fernandes Lima, preferiu não comentar o mérito da instauração dos IPMs e demais processos administrativos.

Já o presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado, Renato Martins Conceição, enfatizou que ainda acredita no diálogo para buscar uma anistia pelo menos administrativa.

Mulheres vão apresentar nova proposta ao governo

Uma nova proposta para tentar um acordo com o governo do Estado foi preparada pelas mulheres e familiares de policiais militares, que há 15 dias bloqueiam entradas de batalhões.

Segundo as mulheres, elas teriam entregue o documento para associações de PMs ontem, para que elas encaminhassem ao governo. Até a noite de ontem, não havia a confirmação de que o documento havia chegado ao governo.

De acordo com as mulheres, a proposta seria semelhante à última apresentada por elas, em que abriam mão do reajuste, mas pediam uma série de melhorias, como aumento do auxílio-fardamento, anistia e auxílio-alimentação. Na nova proposta, elas abririam mão também do auxílio-alimentação.

Na manhã de ontem, uma nova rodada de negociações aconteceu entre mulheres e familiares de PMs, associações de policiais militares e outras entidades, inclusive religiosas. Por mais de duas horas se tentou um acordo, principalmente no sentido de anistia de processos administrativos. O acordo foi recusado por elas.

Segundo uma representante, foi proposto ainda um aumento em R\$ 700 no auxílio-fardamento.

ENTENDA

Inquérito Policial

O Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado para investigar se foi cometido crime previsto no Código Penal Militar tem prazo de 40 dias para conclusão, prorrogáveis por mais 20 dias.

Na lista, publicada na última terça, no Diário Oficial, há quatro nomes. A PM chegou a informar que 703 militares responderiam a inquéritos, mas número foi ampliado para 1.151 policiais investigados por revolta e motim.

TRÂMITE

> A CORREGEDORIA da PM produz relatório, informando se há ou não indícios de crime militar. Depois, envia ao Ministério Público Militar, para que o órgão avalie se há elementos para oferecimento da denúncia.

> CABE ao juiz avaliar se transformará o processo em ação penal militar.

Processos disciplinares

O processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário (PAD-RO) e Conselho de Disciplina (CD) avaliam as condutas dos militares, respaldados pelo Regulamento Disciplinar dos Militares Estaduais (RDME). Os processos têm prazo de 30 dias para conclusão, prorrogáveis por mais 20 dias. A lista publicada no Diário Oficial tem 151 nomes de PMs.

TRÂMITE

> O PAD-RO corresponde a praças da PM-ES (subtenente, sargento, cabo ou soldado) sem estabilidade assegurada (menos de 10 anos de serviço). Já o CD, corresponde a praças com estabilidade assegurada.

> APÓS INVESTIGAÇÕES, o PM será considerado inocente ou culpado. Entre as possíveis punições, está a exclusão dos quadros da PM.

Militares da Rotam vão para outros batalhões

ANTONIO MOREIRA - 10/02/2017



GARCIA: reestruturação da PM

Vários militares da Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam) que estão na lista de PMs com processos demissionários instaurados foram colocados à disposição para atuar em outros batalhões da Grande Vitória.

A mudança aparece no Boletim Geral da PM publicado ontem e inclui cabos, soldados e um terceiro-sargento, homens e mulheres da Rotam.

No documento consta que eles terão de se apresentar na 1ª Com-

panhia (Ilha de Santa Maria) do 1º Batalhão (Vitória); na 2ª Companhia (Gaivotas) do 4º Batalhão (Vila Velha); na 1ª Companhia (José de Anchieta) do 6º Batalhão (Serra); 2ª Companhia (Campo Grande) do 6º Batalhão (Cariacica); e 11ª Companhia Independente de Viana.

A mudança já é vista por PMs como parte do plano de reestruturação citada pelo secretário de Segurança Pública, André Garcia e o governador do Estado, Paulo Har-

tung por causa da greve da PM, iniciada no último dia 4.

Por conta do movimento, 151 militares que tiveram Processos Administrativos Disciplinares e Conselho de Disciplina foram afastados. Desses, 140 seriam da Rotam.

A reportagem de A Tribuna publicou na sexta-feira, a possibilidade de fusão entre militares da Rotam e do Batalhão de Missões Especiais (BME), grupos especializados. A informação é de fontes ligadas ao governo.

FÁBIO NUNES - 10/02/2017



MULHERES bloqueiam quartel



VÍTIMAS se aglomeraram na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, em Vitória, para registrar ocorrências

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Ladrões roubaram 921 veículos durante greve

Levantamento é do Sindipol e mostra que número é 285% maior que o registrado em todo o mês de fevereiro do ano passado

Em 12 dias, 921 pessoas tiveram seus veículos roubados por criminosos no Espírito Santo. O levantamento foi divulgado pelo Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado (Sindipol), na tarde de ontem.

Segundo o presidente do Sindipol, Jorge Emilio Leal, entraram nas estatísticas os furtos e roubos, registrados entre os dias 4 (dia do início da greve da Polícia Militar) e 16 de fevereiro.

Ele explicou que desse total, 702 vítimas foram assaltadas e as outras 219 tiveram os veículos furtados. Os números representam um aumento de 285%, em relação a fe-

vereiro do ano passado, quando foram registrados em todo o mês 564 casos de roubos e furtos de veículos.

“Foi uma explosão de crimes patrimoniais. Sem o policiamento, os ladrões se sentiram na condição de roubar”, destacou Leal.

Ele lembrou que, a maior parte dos carros ou motos roubados são usados na prática de arrombamentos, homicídios, assaltos.

Já os veículos furtados têm outro destino. “A maior parte dos furtados é levado para esquemas de desmanche, para o comércio de peças”, explicou.

Leal lembrou que só no último dia 6, um dos dias mais críticos, a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV) chegou a atender 200 ocorrências. Para ele, o volume dos casos a serem solucionados e veículos recuperados geram preocupação na categoria.

“Ocorrências demais em pouco tempo, para um setor que trabalha sem condições ou recursos, é

preocupante”, destacou.

Procurada pela reportagem de **A Tribuna** para falar sobre o levantamento, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) informou que os dados não são oficiais, que a estatística está sob análise e ainda não foi divulgada.

Roubos e furtos Dados divulgados pelo Sindipol



“Pela 1ª vez eles agiram em bando”

Durante esse período de crise na segurança pública, os criminosos resolveram mudar o modo de atacar, nos casos de roubos de veículos. “Pela 1ª vez eles agiram em bando”, revelou o delegado Érico de Almeida Mangaravite.

Ele é delegado-adjunto da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV) e explicou que até então, os ladrões agiam em menor número. “Percebemos eles agindo em grupos de quatro, cinco e até sete criminosos, na mesma ação. Quando em regra, temos situações



MANGARAVITE: “Querom intimidar”

de dois ou um. Eles se organizaram dessa forma para intimidar”, lembrou o delegado.

Mangaravite disse que a delegacia está trabalhando para encontrar os veículos.

“O que temos feito é reunir nossos esforços na recuperação dos veículos e, sobretudo, na restituição aos proprietários. Lembrando que esses veículos passam por pericia e todas as informações devem ser repassadas ao Cíodes-190. Quando encontrados, os donos são informados”, explicou.

Mais um ônibus do Transcol é incendiado em Cariacica

Mais um ônibus foi incendiado durante um ataque criminoso. A ação aconteceu no bairro Vila Isabel, em Cariacica, por volta das 20h30 de ontem.

Segundo testemunhas, o bandido embarcou no ônibus do Transcol da linha 588 (T. Campo Grande - T. de Itaparica via Itapemirim - Vale Encantado) em um ponto na avenida Castelo Branco.

“Ele permaneceu parado em pé, na porta. Menos de 100 metros depois, mandou o motorista parar e ordenou que todos descessem”, contou a testemunha, que preferiu não se identificar.

Dizendo que não queria nada dos passageiros, o criminoso começou a espalhar gasolina que estava em um galão por todo o veículo, enquanto todos desciam do ônibus. Em seguida, o bandido ateou fogo ao veículo.

As chamas logo se espalharam e consumiram o ônibus, que foi to-

talmente destruído. O bandido fugiu em seguida, algumas pessoas ainda teriam tentado capturá-lo, mas não conseguiram.

As chamas foram apagadas por uma equipe do Corpo de Bombeiros que foi chamada ao local. Policiais militares, soldados do Exército e policiais civis estiveram no local e fizeram buscas na região à procura do suspeito. O veículo foi retirado por um guincho.

Foi o sexto ataque a um ônibus registrado desde o início da manifestação dos PMs, no último dia 4. Os dois primeiros casos aconteceram no dia 5, um em Manguinhos e o outro no Portal de Jacaraípe, na Serra. Outros dois no dia 13, um em São Torquato, Vila Velha, e o outro em Campo Belo, Cariacica.

O quinto ataque aconteceu no bairro Vila Garrido, em Vila Velha, no dia 14. Os responsáveis pelo ataque ao ônibus em São Torquato foram identificados e presos.



ÔNIBUS da linha 588 foi consumido pelas chamas no bairro Vila Isabel

PRF prende suspeito de assaltos após perseguição

A Polícia Rodoviária Federal prendeu na noite de quinta-feira, Pablo Quintino, 34 anos, após perseguição ao carro em que ele estava na BR-101, em Cariacica.

Segundo a ocorrência, policiais foram acionados para verificar um Renault Symbol prata, que havia colidido em uma mureta e fugido em alta velocidade.

Os policiais conseguiram empalmar com o veículo e dar ordem de parada. Ao abordar Pablo, encontraram no carro uma arma falsa, que teria sido usado para roubar o Symbol em Laranjeiras, na Serra. O acusado foi autuado por roubo e encaminhado ao presidio.

Mulher descobre traição e apanha do marido na Serra

Uma jovem de 23 anos registrou ocorrência no Plantão Especializado da Mulher (PEM), em Vitória, contra o marido por agressão. O caso aconteceu na tarde de quinta-feira, em Divinópolis, na Serra.

Ela disse que foi agredida com soco e chutes após ser vista pelo acusado conversando com a cunhada um dia após de tê-lo flagrado com outra mulher.

Segundo a vítima, a traição teria acontecido no quintal da casa da cunhada. A jovem relatou que o acusado pegou uma faca para atacá-la, mas foi impedido pela irmã. A vítima solicitou medida protetiva. O acusado não foi encontrado.



Acusado de matar casal é caçado

Acusado de matar um casal na Serra, Mauricio Ramos Barcelos, conhecido como Ceará e Buenos Aires, 28 anos, é caçado pela polícia.

O comerciante Paulo Cesar de Almeida, de 46 anos, foi morto no próprio bar, em Cidade Nova da Serra, em 16 de julho do ano passado. Três dias depois, a namorada dele, Maria Elizabeth Correa, 48, foi morta em casa, também na Serra.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes



A PM e a Justiça

As eventuais ações judiciais contra os PMs capixabas acusados da participação na revolta militar vão para a Vara da Auditoria de Justiça Militar

do Espírito Santo, instalada em 1983. É a 1.^a instância da Justiça Militar no ES. Vara Especializada da Justiça comum estadual, tem sede em Vitória e jurisdição em todo o Estado.

A PM e a Justiça 2

Responsável por julgar os recursos nas ações penais por crimes militares, o Tribunal de Justiça Militar não existe no Espírito Santo. A segunda instância da Justiça Militar estadual é exercida pelo Tribunal de Justiça do Estado. Os recursos das decisões desse colegiado, ou seja, proferidas pelo TJES, seguem para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).



BARRACAS continuam na frente do Quartel do Comando Geral, impedindo que viaturas deixem o local. Parte dos PMs que teria ficado aquartelada está respondendo a processo demissionário

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Decisão nas mãos do comandante

Confirmação de saída de PMs que respondem a processos de demissão ficará a cargo do comandante. Decisão cabe recurso

O futuro dos policiais militares que respondem a processos demissionários estará nas mãos do comandante-geral da Polícia Militar, cargo hoje ocupado pelo coronel Nylton Rodrigues.

A informação foi passada ontem por fontes da Corregedoria da Polícia Militar e os advogados especialistas em Direito Militar Victor Abreu e Tadeu Fraga.

Atualmente, há 124 PMs respon-

dendo a Processo Administrativo de Rito Ordinário (PAD-RO) e outros 27 ao Conselho de Disciplina, totalizando 151 PMs que podem ser demitidos.

Esses militares acusados fazem parte da Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam). Por conta desse cenário, o governo do Estado estuda a fusão dessa unidade ao Batalhão de Missões Especiais (BME), conforme **A Tribuna** publicou na última sexta-feira.

Fontes da Corregedoria afirmaram que o PAD-RO e o Conselho de Disciplina só acontecem quando há indício claro de um delito cometido administrativamente, diferentemente do Inquérito Policial Militar (IPM), que é para investigar desvios, mas já na esfera criminal.

O governo já abriu 1.151 IPMs para apurar crimes de motim e re-

volta.

Caso os processos demissionários ocorram no prazo estimado de 30 dias e caso haja parecer favorável para o desligamento de servidores, a decisão de ratificar a demissão cabe ao comandante-geral.

O professor do departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Sérgio Ricardo de Souza salientou que os PMs estão sujeitos a sofrerem processos administrativos como qualquer servidor público, mas dentro das regras do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.

"Se um militar pratica uma ação de improbidade, pode sofrer um processo administrativo, ou penal, dependendo da gravidade. Esse militar é julgado por sua chefia. Mas antes a pessoa tem direito a defesa. Só depois é que é dado um

parecer conclusivo para a infração", ressaltou o professor universitário.

RECURSO

O advogado Tadeu Fraga, entretanto, explicou que a decisão do comandante-geral da Polícia Mili-

tar cabe recurso.

"Cabe recurso ao governo do Estado no âmbito do Poder Executivo, e em última análise, o controle da legalidade do ato feito pelo judiciário na Auditoria Militar, em ambos os casos: Conselho de Disciplina e PAD RO."

FABIO NUNES - 19/02/2017



MANIFESTANTES na frente do Quartel do Comando Geral, em Marupé: 151 PMs podem ser demitidos da corporação

ENTENDA O CASO

ANTONIO MOREIRA - 10/02/2017



CORONEL NYLTON: análises

Conselho de Disciplina

> PROCESSO administrativo destinado a verificar se houve algum atentado à disciplina cometido por PMs estáveis (mais de 10 anos de serviço). Havendo punição, pode ser verificada a incapacidade desses policiais em permanecerem nas fileiras da corporação ou na inatividade delas.

> EM OUTRAS PALAVRAS, serve para avaliar a conduta do policial, podendo excluí-lo da corporação, apesar do longo período de trabalho.

> A INAUGURAÇÃO desse tipo de processo administrativo depende de expedição de uma portaria pela autoridade militar, nomeando triade de oficiais para conduzir a ação.

> SÃO ELES: o presidente, o escrivão e

o interrogante. Uma vez nomeados, eles prestam compromisso (juramento) e chamam o militar acusado para ser interrogado.

> EM SEGUIDA, promovem a entrega da peça na qual consta o fato do qual o militar é acusado e abre-se um prazo para apresentação de defesa escrita.

> PRODUZIDAS as provas, a defesa do acusado apresenta um memorial escrito sobre as provas produzidas e o Conselho se reúne para votar e elaborar o relatório, com a conclusão pela culpa ou inocência do militar.

> CONCLUÍDO, este relatório é encaminhado para a autoridade (comandante-geral) que expediu a portaria, que poderá ou não concordar com o julgamento do Conselho, proferindo

a solução final e definitiva, que pode ser a demissão.

> NO CASO DE CONDENAÇÃO, existem recursos administrativos. Esgotadas as vias administrativas (o que deve ocorrer num prazo máximo de seis anos), ainda é possível enfrentar questões de legalidade na Justiça.

Processo Administrativo de Rito Ordinário (PAD-RO)

> ASSEMBELHA-SE com o Conselho de Disciplina, com as diferenças de que será conduzido apenas por um oficial se instaura contra integrante da praça militar que ainda não atingiu a estabilidade (menos de 10 anos de serviço).

> ALÉM DISSO, a entrega da peça da acusação e a defesa precedem o in-

terrogatório. O PAD-RO tem 30 dias para ser concluído e prescreve em dois anos.

Afastamento

> MILITARES submetidos a processos administrativos disciplinares ficam afastados do exercício das funções, à disposição do processo.

> ESSE AFASTAMENTO suspende o pagamento de algumas gratificações de função e de escalas extras.

> CABERÁ ao comandante-geral a solução final dos processos administrativos instaurados.

Fontes: Victor Abreu, advogado especialista em Direito Penal e Processual Penal Militar, e Tadeu Fraga, Advogado Especialista em Direito Disciplinar Militar.

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Pagamento na sexta para PMs

O pagamento dos salários dos policiais militares será efetuado na próxima sexta-feira, assim como os dos demais servidores do governo do Estado. A informação foi confirmada pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger).

“A Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos informa que para o pagamento de fevereiro foi seguida a rotina normal de execução da folha de pagamento do mês de janeiro”, explicou a secretária, em nota.

O corte de ponto dos policiais militares, bem como da escala especial dos 151 militares da Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam) — que foram afastados do serviço por responderem ao Processo Administrativo de Rito Ordinário (PAD-RO) e ao Conselho de Disciplina —, só acontecerá no próximo mês.

“Lançamentos de faltas, licenças e afastamentos de qualquer servidor são sempre lançados na folha do mês subsequente”, finalizou a nota da Seger.

CIODES

A Força-Tarefa Conjunta Capixaba, que conta com as Forças Armadas e a Força Nacional de Segurança Pública, anunciou ontem que o Centro Integrado Operacional de Defesa Social (Ciodes) voltou à sua normalidade, sendo novamente comandado pelas autoridades de segurança pública no Espírito Santo.

“Os órgãos de segurança pública voltaram a assumir o controle das demandas que chegam através do sistema”, explicou a nota da Força-Tarefa Conjunta Capixaba.

“Cabe esclarecer que caso se verifique que o atendimento à demanda necessita do apoio de nossas tropas, esses órgãos de segurança pública entram em contato com a Força-Tarefa, que continua disponível para enviar tropas para atender a demandas compatíveis com a missão de Garantia da Lei e da Ordem”.

Essa foi uma das atribuições que ficaram a cargo da Força-Tarefa Conjunta Capixaba, após a publicação do dia 8 do decreto do governo do Espírito Santo, que formalizou a Garantia de Lei e Ordem (GLO) no Estado, ou seja, a presença do Exército, Marinha, Força Aérea e demais tropas federais para conter a crise de segurança.

À ocasião, a assessoria de comunicação do 38º Batalhão de Infantaria (BI) do Exército, em Vila Velha, explicou que as chamadas seriam recebidas pelas Forças Armadas, até que houvesse o restabelecimento da normalidade.

“Os órgãos de segurança pública voltaram a assumir o controle das demandas”

Força-Tarefa Conjunta Capixaba

Até sessenta dias para investigar crimes militares

A Corregedoria da Polícia Militar do Espírito Santo vai ter até 60 dias para investigar os supostos crimes militares que podem ter sido cometidos por 1.151 policiais — quase 10% da força do corporação — durante o movimento, segundo os advogados Victor Abreu e Tadeu Fraga.

Os juristas explicam que o Inquérito Policial Militar (IPM) é instaurado para avaliar se o policial cometeu algum delito previsto no Código Penal Militar (CPM).

As medidas serão utilizadas para investigar os policiais por crimes de motim e revolta, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). O IPM tem prazo de 40 dias para conclusão, prorrogáveis por mais 20.

Ao final da investigação, os encarregados dos IPMs produzirão relatórios e a Corregedoria solucionará os inquéritos, informando se há ou não indícios de que foi cometido crime militar. Depois de solucionado pelo corregedor, os IPMs serão enviados ao Ministério Público Militar (MPM), para que o órgão avalie se há elementos suficientes para apresentar uma denúncia ou não.

Se houver elementos, o MPM

oferece e encaminha a denúncia, junto com o inquérito, à auditoria militar. Caberá então, ao juiz responsável, avaliar os requisitos da denúncia que, se estiverem devidamente preenchidos, será aceita, iniciando o curso da ação penal militar. Caso os acusados sejam condenados pelo crime de revolta, a pena pode chegar a 20 anos de prisão, além de acarretar em expulsão do policial.

Durante a condução do IPM, o militar não é impedido de trabalhar.



CORREGEDORIA da PM: trabalhos



POLICIAIS receberão na sexta. Os que respondem a processo só terão salário cortado no pagamento de março

SAIBA MAIS

Fracasso em negociações

O movimento

▶ NA NOITE do último dia 3, familiares e amigos de policiais militares iniciaram um movimento impedindo que eles deixassem os batalhões e quartéis em radiopatrulhas.

▶ MANIFESTANTES fecharam de vez as entradas de batalhões no Estado no dia 4, como forma de protestar por melhores salários e condições de trabalho para os policiais. Eles permaneceram acampados com cadeiras em frente a esses locais.

Reivindicações

▶ ENTRE AS DENÚNCIAS estão a frota sucateada, falta de perspectiva de carreira, ausência de auxílio-alimentação, plano de saúde, periculosidade e insalubridade.

▶ AS FAMILIAS também reivindicam



EXÉRCITO nas ruas: reforço

reajuste salarial, adicional noturno e fim do revezamento de coletes.

▶ AS MANIFESTAÇÕES ocorreram de Norte a Sul do Estado. Não há data

para terminar.

Crimes

▶ DESDE O DIA 4, lojas foram arrombadas, pessoas assaltadas. Já são 166 assassinatos.

▶ AS FORÇAS ARMADAS e a Força Nacional reforçam a segurança desde o último dia 6, com 3.454 homens.

Negociações

▶ DIFERENTES rodadas de negociações já aconteceram. Sem acordo.

Punição

▶ AO TODO, a Sesp anunciou a instauração de 1.151 Inquéritos Policiais Militares. Além disso, 151 PMs tiveram processos demissionários abertos.

Fonte: Pesquisa AT.

Mais de 2.400 PMs nas ruas

Por determinação do Comando Geral da Polícia Militar, 2.487 policiais militares atenderam ontem ao Chamado Operacional e foram para as ruas realizar o policiamento ostensivo em todo o Estado.

Esse policiamento contou com 164 radiopatrulhas e motos circulando pela manhã e 159 circulando à tarde. O retorno dos PMs começou no último dia 11, quando 600 policiais militares retornaram às ruas. De lá para cá, o número tem sido crescente.

Mesmo com todo esse volume de militares nas ruas, há policiais que continuam de braços cruzados, a exemplo dos profissionais da Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam).

Nos dias normais, a média de PMs nas ruas varia de 2 mil a 2,5 mil. A greve da PM começou no último dia 4, com mulheres bloqueando a saída dos batalhões e Quartel do Comando Geral, em Maraupe, Vitória.

Em alguns municípios o policiamento foi retomado em 100%. São



POLICIAIS patrulham a Grande Vitória: números próximos à normalidade

eles: Venda Nova do Imigrante, Conceição do Castelo, Barra de São Francisco, Santa Teresa, Pancas e Baixo Guandu. Em outros, as manifestações continuam e os Policiais seguem fazendo patrulhamento a pé pelos bairros.

Atualmente há no Estado 3.454

militares das Forças Armadas e da Força Nacional de Segurança que estão nas ruas. O número foi atualizado ontem, já que anteriormente eram 3.130. Desse total, 482 são militares da Marinha, 2.510 do Exército, 163 da Força Aérea Brasileira e 299 da Força Nacional.

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Processos contra PMs têm início

Os processos que poderão levar à demissão de 151 policiais militares foram instaurados e o rito de julgamento deve ser iniciado hoje.

Os oficiais responsáveis pelos casos foram designados e devem iniciar a autuação dos acusados assim que receberem os processos.

A informação foi passada ontem por fontes da Corregedoria da Polícia Militar e confirmada pelo presidente da Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo (Assomes), major Rogério Fernandes Lima.

Do total de policiais que poderão ser demitidos, 124 PMs responderão a Processo Administrativo de Rito Ordinário (PAD-RO) e outros 27 ao Conselho de Disciplina (CD).

Na última sexta-feira, os nomes dos militares foram publicados no Boletim Geral da Polícia Militar, iniciando os procedimentos. Ao receber os processos, a partir de hoje, eles realizarão a citação dos acusados e notificarão para apresentarem a defesa prévia.

Fontes da Corregedoria da PM

explicaram que se o processo não for iniciado imediatamente, é possível que os responsáveis respondam pelo atraso.

Em casos de impossibilidade de comunicar o policial acusado, o rito não pode ser iniciado.

“Pode autuar amanhã (hoje) mesmo e procurar o policial para notificá-lo. Se esse policial estiver afastado por dispensa médica, por exemplo, tem que esperar terminar para receber a notificação”, esclareceu o major Rogério.

Segundo especialistas em Direito Militar, o prazo para conclusão é de 30 dias, prorrogáveis por mais 20. O futuro dos PMs será decidido pelo comandante-geral da Polícia Militar, cargo ocupado pelo coronel Nylton Rodrigues. À decisão final, cabe recurso.

“Todos os dois instrumentos cabem recurso, de reconsideração de ato, pela mesma autoridade que solucionou o caso, e de representação, por uma autoridade superior. Em última análise, tem o poder Judiciário”, explicou Valdenir de Andrade Júnior, advogado especialista em Direito Disci-



PORTÃO do 6º Batalhão, na Serra, continua trancado: investigação é conduzida pela Corregedoria da Polícia Militar

plinar Militar.

Segundo Victor Abreu, advogado especialista em Direito Penal e Processual Penal Militar, a preocupação é se os casos serão anali-

sados com imparcialidade.

“Esperamos que mesmo diante das atuais circunstâncias haja por parte da PM, especialmente de sua corregedoria, a estrita observância

das formalidades legais e, sobretudo, do princípio da imparcialidade, pois apenas assim será possível alcançar a justiça que cada caso merece”, ponderou.

ENTENDA O CASO



CORONEL NYLTON: análises

Conselho de Disciplina

- > PROCESSO administrativo destinado a verificar se houve algum atentado à disciplina cometido por PMs estáveis (mais de 10 anos de serviço). Havendo punição, pode ser verificada a incapacidade desses policiais em permanecerem nas fileiras da corporação ou na inatividade delas.
- > EM OUTRAS PALAVRAS, serve para avaliar a conduta do policial, podendo excluí-lo da corporação, apesar do longo período de trabalho.
- > A INAUGURAÇÃO desse tipo de processo administrativo depende de expedição de uma portaria pela autoridade militar, nomeando triade de oficiais para conduzir a ação.
- > SÃO ELES: o presidente, o escrivão e

o interrogante. Uma vez nomeados, eles prestam compromisso (juramento) e chamam o militar acusado para ser interrogado.

- > EM SEGUIDA, promovem a entrega da peça na qual consta o fato do qual o militar é acusado e abre-se um prazo para apresentação de defesa escrita.
- > PRODUZIDAS as provas, a defesa do acusado apresenta um memorial escrito sobre as provas produzidas e o Conselho se reúne para votar e elaborar o relatório, com a conclusão pela culpa ou inocência do militar.
- > CONCLUÍDO, este relatório é encaminhado para a autoridade (comandante-geral) que expediu a portaria, que poderá ou não concordar com o julgamento do Conselho, proferindo

a solução final e definitiva, que pode ser a demissão.

- > NO CASO DE CONDENAÇÃO, existem recursos administrativos. Esgotadas as vias administrativas (o que deve ocorrer num prazo máximo de seis anos), ainda é possível enfrentar questões de legalidade na Justiça.

Processo Administrativo de Rito Ordinário (PAD-RO)

- > ASSEMBELHA-SE com o Conselho de Disciplina, com as diferenças de que será conduzido apenas por um oficial e se instaura contra integrante da praça militar que ainda não atingiu a estabilidade (menos de 10 anos de serviço).
- > ALÉM DISSO, a entrega da peça da acusação e a defesa precedem o in-

terrogatório. O PAD-RO tem 30 dias para ser concluído e prescreve em dois anos.

Afastamento

- > MILITARES submetidos a processos administrativos disciplinares ficam afastados do exercício das funções, à disposição do processo.
- > ESSE AFASTAMENTO suspende o pagamento de algumas gratificações de função e de escalas extras.
- > CABERÁ ao comandante-geral a solução final dos processos administrativos instaurados.

Fontes: Victor Abreu, advogado especialista em Direito Penal e Processual Penal Militar, e Tadeu Fraga, Advogado Especialista em Direito Disciplinar Militar.

Chamado do Comando-Geral é atendido por 2.462 policiais

Atendendo ao chamado operacional do Comando-Geral da Polícia Militar, 2.462 PMs se apresentaram ao serviço ontem, em todo o Estado. De acordo com a corporação, o policiamento ostensivo contou com 147 viaturas e motos circulando pela manhã e 147 circulando à tarde.

A Polícia Militar, que tem uma tropa de cerca de 10 mil homens, em dias normais tem entre 2 mil e 2,5 mil militares nas ruas.

No sábado, 2.487 PMs atenderam ao chamado operacional. O número de veículos circulando também foi maior: 164 radiopatrulhas e motos circulando pela manhã e 159 circulando à tarde.

Ações das Guardas dividem especialistas

Com atribuições equivalentes às da Polícia Militar, conforme decreto de agosto de 2014, as Guardas Municipais se destacaram pelas ações durante a crise de segurança pública no Estado. Principalmente

em Vitória e Vila Velha, agentes aumentaram esforços para tentar coibir a onda de violência.

Ainda assim, especialistas em segurança pública se dividem quanto a expansão das Guardas

Civis Municipais. O principal ponto de contestação é o custo gerado aos cofres públicos.

Alexandre Domingos cita o exemplo dos EUA, onde os municípios têm a própria polícia para exaltar a importância da instituição. Ele apresenta o fator da “exclusividade” em defesa das Guardas.

“É de uma importância enorme para Estado e município. A Polícia é uma instituição do Estado, enquanto as Guardas são exclusivas da cidade. Elas podem fazer um trabalho mais personalizado, de acordo com as características do município”, considera.

No Espírito Santo, além da Grande Vitória, Cachoeiro do Itapemirim, Linhares, São Mateus e Colatina contam com a presença da instituição.

Entretanto, nem sempre as con-

dições de trabalho são as ideais, o que compromete o serviço oferecido à sociedade.

“As ações das guardas têm reduzido crimes, mas poderiam ser com mais efetivo e melhores equipamentos. Cabem mais investimentos para atender a comunidade como todo”, pondera Domingos.

O especialista em segurança pública e privada Jorge Lordello, aponta que, há 25 anos, a Guarda cresce no país, mas a criminalidade segue o mesmo ritmo. Além de evidenciar um problema ainda maior, no que ele considera um sistema arcaico, o recurso vem de áreas necessitadas como saúde e educação.

“A roda não está rodando. Investe, investe e não vê resultado. O problema é a metodologia, é estrutural”, pontuou Lordello.



ALEXANDRE Domingos e Jorge Lordello analisaram expansão de Guardas



ESPECIAL SEGURANÇA



Tráfego de corpos
O trânsito de cadáveres foi intenso nos últimos dias no Departamento Médico Legal (DML)
FOTO: AE - 14/02/2017

NÚMERO DE HOMICÍDIOS POR DIA VOLTA A SUBIR

Já são 175 desde o início da greve da PM, foram 11 só no sábado

Em 17 dias de protesto de familiares de PMs no Espírito Santo, 175 pessoas foram assassinadas no Estado, de acordo com informações do Sindicato dos Policiais Cíveis do Espírito Santo (Sindipol-ES). A estatística engloba do início do protesto, no dia 4 de fevereiro, até as 7 horas de ontem. Somente

no último sábado foram registrados 11 homicídios. No domingo, foram dois até o fechamento desta edição. Duas dessas mortes aconteceram em Linhares, Norte. Em um dos casos, a vítima foi o sócio de uma marmoraria da cidade, Wanderson Correa Silva, de 38 anos. Ele foi assassinado a tiros no quintal

da casa onde morava, no bairro Planalto, por volta de 21 horas de sábado. De acordo com a Polícia Civil, a esposa de Wanderson saiu de casa para ir à igreja, mas o marido não a acompanhou porque ficaria esperando uma pessoa entregar a ele uma quantia em dinheiro, não informada.

Quando retornou à casa, ela encontrou o marido morto no quintal. No dia anterior, segundo a esposa, a vítima sofreu ameaças de uma pessoa que ela não soube dizer quem seria. **NO MEIO DA RUA** Outro caso aconteceu no bairro Lagoa do Meio, na

Rua Potiguaras, na manhã de sábado. Um homem a pé chegou na rua atirando em Ronaldo Damasceno, 39 anos, que morreu na hora. Uma testemunha disse que, após o crime, um casal partiu para cima do atirador e entraram em luta corporal. O casal foi baleado pelo bandido, que fugiu. Mas na fuga

ele deixou a Carteira de Identidade cair do bolso. Os dois feridos foram levados para o hospital da região, onde continuam internados em estado estável. A perícia recolheu no local 3 cápsulas calibre 38 e a identidade do suspeito. A Polícia Civil de Linhares investiga os dois casos.

ASSASSINATOS POR DIA



Sobe para 173 o número de mortes violentas durante crise no ES

**Espírito Santo enfrenta pior crise de segurança pública.
Segundo o Sindipol, só neste sábado (18) foram registrados 11 homicídios.**

Subiu para 173 o número de mortes violentas no Espírito Santo durante os 16 dias que já duram o protesto de familiares de policiais militares no estado, segundo Sindicato dos Policiais Civis (Sindipol/ES).

A estatística engloba do início do protesto, no dia 4 de fevereiro, até as 7h deste domingo (19). De acordo com o Sindipol, somente neste sábado (18) foram registrados 11 homicídios.

Veja nomes e histórias de pessoas mortas na crise de segurança no ES
Mapa mostra cidade, dia, hora, nome e sexo das vítimas da crise

A maioria das vítimas é do sexo masculino, da pele parda, moradora de periferias. Nos sete municípios da região Metropolitana de Vitória, onde nas primeiras semanas de fevereiro foram registradas mortes violentas por armas de fogo ou armas brancas, 85 vítimas eram homens moradores de periferia.

Durante a crise na segurança pública, o Espírito Santo registrou 40 homicídios em um único dia, segundo levantamento do Sindicato dos Policiais Civis (Sindipol-ES). O número foi registrado na segunda-feira (6), um dos dias mais críticos da onda de violência. Naquele mesmo dia, a delegacia de roubo de veículos atendeu a 200 ocorrências.

Também houve saques e assaltos, principalmente nos primeiros dias do protesto, quando as cidades ficaram sem policiamento e os homens das Forças Armadas e Força Nacional ainda não haviam chegado ao estado. Ônibus também foram incendiados.

Protesto chega ao 17º dia no ES e familiares tentam nova negociação

Elas pedem a inclusão de escalas extras e a progressão horizontal.

Protesto de parentes de PMs continua pelo 17º dia nesta segunda (20).

A Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo vai protocolizar, nesta segunda-feira (20), um novo pedido das mulheres dos policiais.

Segundo o presidente da associação, major Rogério Fernandes, elas pedem a inclusão de escalas extras e a progressão horizontal – enriquecimento do cargo, medido por tempo e títulos.

“Na primeira pauta, elas pediam reajuste de 43%. Nessa segunda pauta, o reajuste foi tirado. Elas ainda pedem a referência 15 - progressão horizontal - e a inclusão das escalas especiais. Isso com a ressalva de que elas querem que o governo faça um estudo e se programe das escalas extras e da referência”, explicou o major.

O protesto de parentes de PMs continua pelo 17º dia nesta segunda-feira (20).

Mesmo com os manifestantes fechando as portas dos batalhões, 2.462 policiais atenderam o chamado operacional do domingo (19) em todo o estado.

O policiamento ostensivo contou com 147 viaturas e motos circulando pela manhã e 147 circulando a tarde.

Uma nova rodada de negociações entre o governo do estado e representantes de mulheres de policiais militares foi proposta pelos manifestantes na sexta-feira (17).

Foi entregue às associações da categoria uma nova proposta de acordo, em que listaram as reivindicações e teriam excluído da pauta o pedido de aumento salarial, para que o canal de diálogo fosse reaberto.

Segundo o major Rogério Fernandes, presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Espírito Santo (Assomes), o governo já está ciente das novas reivindicações, mas ainda não sinalizou nenhuma posição.

Nova Venécia, ES, decreta situação de emergência por falta de segurança

Prefeito disse que, em um mesmo dia, cinco homicídios foram registrados. Homens da Força Nacional chegaram à cidade na quinta-feira (16).

O prefeito de Nova Venécia, Mário Sérgio Lubiana, decretou estado de emergência na cidade na segunda-feira (13) por conta da falta de segurança com a paralisação dos policiais militares no município, desde o início do protesto das mulheres em todo o Estado do Espírito Santo no dia 4 de fevereiro.

“Tivemos uma série de assassinatos desde a paralisação dos PMs. Até agora são 8 homicídios, 5 deles ocorreram em um mesmo dia. A cidade estava sem segurança nenhuma. Comércio foram arrombados, carros foram roubados e até tivemos casos de assaltos a mão armada”, disse Lubiana.

Somente na noite de sexta-feira (10), cinco pessoas foram assassinadas a tiros no município. De acordo com informações do SML, todos eram de homens com idade entre 19 e 37 anos.

De acordo com o prefeito, o comércio da cidade ficou parado por mais de uma semana. “Desde a segunda-feira (6), por volta de 11h os comerciantes já fecharam as portas com medo dos assaltos”. Homens da Força Nacional, a pedido do prefeito, chegaram na quinta-feira (16), para fazer a segurança na cidade. “Por enquanto só 8 homens chegaram. Se houver a necessidade, um reforço poderá ser solicitado”, disse.

Além disso, segundo o prefeito, alguns policiais militares também estão fazendo o policiamento nas ruas sem viaturas, mas com carros cedidos pela própria prefeitura e até comerciantes. As aulas e as atividades do comércio em Nova Venécia voltaram com a chegada da Força Nacional.

“Estamos tentando voltar à normalidade com a chegada da Força Nacional, mas a população ainda não está saindo de casa com tranquilidade. À noite, principalmente, a cidade está ficando deserta”, finalizou.

Em Nova Venécia, os familiares de PMs ainda continuam acampados em frente ao Segundo Batalhão de Polícia Militar, impedindo a saída de policias e viaturas.

Delegacia de roubos de veículos no ES registra 921 casos em 12 dias

Furtos e roubos ocorreram em todo o ES durante a crise na segurança. Número representa aumento de 357 crimes em relação ao período em 2016.

Entre 4 e 16 de fevereiro, 921 ocorrências de furtos e roubos de veículos em todo o Espírito Santo, durante a crise na segurança pública. O número representa um aumento de 357 crimes, com relação ao mesmo período no ano passado. A informação é do Sindicato dos Policiais Civis do Espírito Santo (Sindipol).

Do total, 702 vítimas foram roubadas, ou seja, perderam os veículos em assaltos, em abordagens com uso de algum tipo de arma. Os outros 219 crimes foram furtos, ocorreram sem a presença das vítimas.

Já no mesmo período no ano passado, o número de furtos sobressaiu o de roubos. Foram 142 casos de roubos e 180 de furtos em todo o Espírito Santo, segundo o sindicato.

Trabalho

A segunda-feira, 6 de fevereiro, foi um dos dias mais críticos do caos vivido pelos capixabas, quando a Delegacia de Furto e Roubo de Veículos (DFRV) chegou a atender 200 ocorrências.

Pela grande procura, as delegacias regionais tiveram que dar apoio no registro desse tipo de ocorrências. Por isso, quem for vítima de roubo ou furto de veículo pode registrar o crime na delegacia regional mais próxima.

Na última sexta-feira (10), uma mega operação envolvendo policiais civis de várias delegacias, recuperou 32 veículos que haviam sido levados por criminosos.

Governo vai investigar ameaças de morte a secretário de Segurança

Investigação vai ficar a cargo da Delegacia de Crimes Eletrônicos

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) informou, na tarde deste domingo (19), que a Delegacia de Crimes Eletrônicos vai investigar ameaças de morte feitas ao secretário André Garcia. Segundo a nota, foi solicitado apoio da Polícia Federal na apuração do caso.

A nota diz, ainda, que parentes do secretário também estão sendo ameaçados através de redes sociais e telefone.

“Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça, sociedade civil organizada e a Ordem dos Advogados do Brasil Seção Espírito Santo foram informados da gravidade das ameaças e das tentativas de intimidação”, diz a nota.

Segundo a Sesp, as ameaças têm ligação direta com a paralisação da PM, que completa 16 dias neste domingo. “O Governo do Estado repudia o fato de que atitudes criminosas, realizadas por um pequeno grupo que ainda aposta na desordem, sejam utilizadas como estratégia de pressão para atender a interesses corporativistas”, diz a nota.

REPORTAGEM ESPECIAL

PRESO CUSTA 5 VEZES MAIS QUE ALUNO NO ESTADO

Ao mês, gasto é de R\$ 1.750 com detento e R\$ 375 com estudante

4 CARLA SÁ
carla.sa@redgazeta.com.br

Um detento do sistema prisional do Espírito Santo custa quase cinco vezes mais que um aluno de escola pública da rede estadual. Enquanto, em média, são gastos R\$ 1.750 com um preso por mês, cada estudante de meio período fica por R\$ 375. A comparação pode não parecer justa na medida que são duas situações muito distintas, mas revela algo importante: gasta-se muito com prisões.

São 19.950 presos contra 256 mil alunos de ensino médio de um turno — sendo este último dado referente ao ano passado. Se a população carcerária fosse zerada, com o dinheiro seria possível custear, se necessário, outros 93 mil estudantes.

Em ambos os casos, de detentos e alunos, estão incluídos itens de alimentação, luz, energia elétrica e limpeza. Mas a diferença mora principalmente em dois pontos. O primeiro é que presídios demandam tecnologia para, por exemplo, bloqueio de celulares, detector de metais, videomonitoramento total e construções reforçadas específicas.



A penitenciária feminina de Cariacica é uma das 35 unidades prisionais do Estado

Além disso, é preciso lembrar que os detentos vivem 24 horas dentro desses espaços e devem haver insumos para mantê-los todo esse período.

O diretor de Ciências Criminais da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB-ES), Thiago Fabres, aponta que o encarceramento em massa tornou-se tendência, mas que o grande custo gerado tem muito mais a ver com a sensação de bem-estar social — equivocada impressão de segurança com criminosos fora de circulação — e com os ganhos sobre isso.

“São empresas construtoras e prestadoras de serviços, de saúde, alimenta-

ção, segurança e etc, que lucram com aprisionamento, na maioria das vezes desnecessário, uma vez que prisões significam muito dinheiro”, destaca.

Nas escolas, o investimento médio anual feito pelo Estado (R\$ 4.600 por estudante) está dentro do previsto no Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), indicador aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, que mostra o mínimo a ser gasto para garantir uma educação de qualidade. Pela atualização de 2015, no ensino médio urbano de meio período, o CAQi seria de R\$ 3.720. No rural, de R\$ 4.669.

DIFERENÇAS

O secretário de Justiça do

Estado, Wallace Pontes, explica que, apesar do cálculo médio de gastos, mesmo entre as 35 penitenciárias do Estado há diferenças.

“Há as de semiaberto, fechado e aberto. E as mais modernas, com abertura e fechamento de portas eletrônicas, sistemas com fibra ótica, bloqueador de celulares... Isso têm um custo de manutenção.”

Outra coisa que pode aumentar o custo é o local onde a penitenciária está construída e a engenharia investida. “Se for em uma região que atenda as demandas da sociedade, afastado das regiões urbanas, pode aumentar o custo de levar água e luz até lá”, detalha.

BALANÇA DE GASTOS



Fonte: Sejus e dados da Sedu (referentes a 2016) • Infografia | Marcelo Franco

ANÁLISE

Punição lucrativa

Os serviços para manter uma penitenciária são geralmente supervalorizados para beneficiar quem lucra com as prisões. Um estudo do criminologista norueguês Nils Christie diz que há uma “indústria do controle do crime”: o sistema capitalista inventou a punição lucrativa, com exploração dos serviços de

construção e manutenção dos presídios. Mas a prisão é uma instituição inútil, não realiza suas funções jurídica e política (defesa da sociedade, segurança, ressocialização). Sua função é excluir do convívio indivíduos considerados perigosos para ordem econômica e política dominante, existe para produzir a falsa sen-



sação de segurança e de que a sociedade está dividida entre “homens de bem” e “criminosos”. Deveria ser utilizada apenas em situações-limite.

— THIAGO FABRES
DIRETOR DE CIÊNCIAS CRIMINAIS DA ESA

ANÁLISE

Mínimo para ter qualidade

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação criou um indicador; o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 2010. Ele considera condições como tamanho das turmas, salários dos professores, laboratórios, quadras e materiais didáticos. Pela atualização de

2015, no Ensino Médio urbano de meio período, o CAQi seria de R\$ 3.720 e o rural de R\$ 4.669, por ano. O CAQi não foi homologado pelo MEC, o que cria um impasse para estados e municípios, pois caberia ao governo federal a colaboração financeira para pôr em prática o custo mínimo. Professores qualificados e



boa estrutura demandam investimento, mas também planejamento e monitoramento para assegurar que impactam em melhoria da educação.

— CLEONARA SCHWARTZ
DOUTORA EM EDUCAÇÃO

DIREITOS DOS CONSUMIDORES

INDENIZAÇÃO POR FICAR COM NOME SUJO SEM DEVER

Cliente negativado recebeu R\$ 27 mil

LUÍSA TORRE
ltorre@redgazeta.com.br

Ter o nome negativado é um transtorno ao consumidor que não tem condições de pagar suas dívidas. Mas, para quem ficou sujo sem estar inadimplente, a dor de cabeça é ainda maior. Esse é o caso de muitos capixabas que tiveram injustamente o nome inserido no cadastro de devedores e tiveram que recorrer à Justiça para serem indenizados - os valores chegam a R\$ 27 mil.

Foi isso o que aconteceu com um cliente de um banco de Vitória. Ele recebeu indenização de R\$ 27.120 por danos morais por ter o nome negativado indevidamente pelo suposto não pagamento de parcelas de um financiamento. Na Justiça, ele provou que pagou devidamente as parcelas.

A mesma situação aconteceu com um professor de 45 anos, morador da Grande Vitória. Servidor públi-

co, ele contratou um empréstimo consignado em 2014 e, todo mês, tinha uma parcela descontada em seu contracheque.

Na última parcela, após a quitação, porém, viu seu nome ser negativado - por um erro do banco. "Não sei o que aconteceu, mas no sistema deles não debitaram a última parcela. Eu não suspendi o pagamento em nenhum momento, tanto que comprovei na Justiça. Descobri que estava negativado quando fui fazer uma compra e o crédito foi recusado", conta ele.

Antes de entrar com o processo, o professor chegou a ir ao banco, mas a instituição não aceitou retirar seu nome do cadastro de devedores.

"Meu nome só foi retirado do SPC após a sentença, quase um ano depois. Foi um transtorno, principalmente porque não estava devendo", conta ele, que

NEGATIVAÇÃO

70

casos por mês
É o número aproximado de ações sobre negativação indevida na Grande Vitória

recebeu indenização de cerca de R\$ 10 mil.

Segundo o advogado Leonardo Martins Gabrieli, o consumidor só pode ser negativado quando assina um contrato ou faz uma compra e não honra. "Muita gente perde todo o poder de compra por um erro".

O juiz Paulo Abiguenem Abib, do 4º Juizado Especial Cível de Vitória, explica que muitas negativações indevidas estão ligadas a fraudes, mas também há casos de erros das instituições. "Hoje, a negativação é usada pelas empresas como uma forma

de coerção para pagamento. Temos arbitrado indenização em casos de negativação indevida entre R\$ 5 mil e R\$ 15 mil", conta.

Muitas empresas não verificam se o cliente está de fato devendo e acabam na Justiça, explica o juiz João Patrício Barroso Neto, que atuou por 15 anos em juizado especial cível. Segundo ele, na Grande Vitória são cerca de 70 casos desses por mês.

"A maioria não consegue resolver o problema com a empresa pois não há boa vontade do outro lado de analisar a questão. Então, ela tem que procurar a Justiça, pois é horrível ficar negativado e não ter nenhuma contribuição para aquilo".

NA JUSTIÇA

ALGUNS CASOS

BANCO

Financiamento pago foi contestado

Um banco foi condenado ao pagamento de indenização de R\$ 27.120 por danos morais a um cliente que teve o nome negativado indevidamente pelo suposto não pagamento de parcelas de um financiamento. Na Justiça, o homem provou que pagou devidamente as parcelas, ficando comprovado que a negativação do nome do cliente foi ilegal.

TELEFONIA

Ficou devendo sem ter contratado a empresa

Uma mulher teve seu nome negativado sem jamais ter contratado os serviços de uma empresa de telefonia móvel, que teve que indenizá-la em R\$ 3 mil. A mulher descobriu que estava com o nome sujo ao tentar contratar os serviços de outra operadora. A empresa informou que pode ter ocorrido fraude.

ÓTICA

Compra com documentos perdidos

Uma ótica da Serra foi

condenada a pagar R\$ 5 mil a uma mulher que teve o nome negativado de maneira indevida. Ao tentar fazer uma compra, ela descobriu que seu nome estava negativado desde março de 2009, devido a uma suposta compra, no valor de R\$ 650, na ótica. Ela alegou que não fez a compra, mas que perdeu em 2004 uma série de documentos pessoais, que podem ter sido usados na compra. A ótica também não comprovou ter comunicado a mulher sobre a negativação.

LOJA DE DEPARTAMENTO

Empresária ficou impedida de comprar produtos para seu salão

A proprietária de um salão de beleza teve seu nome negativado indevidamente por uma loja de departamento de Vitória e foi indenizada em R\$ 5 mil por danos morais, já que ela não pôde comprar os produtos para seu salão, além de ter sua conta bancária bloqueada. A empresária quitou as prestações vencidas na própria loja em maio de 2014, mas, em agosto, foi surpreendida com o nome

sujo ao tentar emitir talão de cheque.

TV A CABO

Cobrança de taxa cancelamento

Uma assinante de um plano de TV e telefonia, moradora de Guarapari, foi indenizada em R\$ 8 mil por danos morais após ter seu nome negativado indevidamente. A mulher pagava R\$ 360 mensais pelo pacote e decidiu cancelar os serviços, mas recebeu





ARABSON

Bancária, de 33 anos

“Corri o risco de perder o emprego”

Consumidora conta que **negativação** é proibida na sua carreira. Ela procurou ajuda da Justiça

Uma bancária de 33 anos, que não quis se identificar, se viu em uma situação complicada após ter tido o nome negativado de forma indevida por uma construtora. Na Justiça, foi indenizada em R\$ 10 mil. Ela conta que comprou um apartamento em 2010 de uma construtora de Vitória. No contrato firmado entre as duas partes, no momento da compra do imóvel ficou acordado no documento que não haveria a cobrança de parcelas intermediárias, e que o valor delas seria diluído durante todo o financiamento. Para a surpresa da bancária, um ano depois, uma funcionária da empresa ligou para ela cobrando uma parcela intermediária de R\$ 4 mil. Ela explicou a situação, disse que não era o acordado no contrato e a funcionária pediu descul-

pas, registrou um protocolo e desligou a ligação. Dias depois, viu seu nome negativado e o risco de perder o emprego por isso.

Como descobriu que estava com o nome sujo?

Descobri que estava negativada porque cheguei uma carta do Serasa no meu endereço falando que estava negativada. Não acreditava naquilo. Foi desesperador porque podia perder o emprego.

O que pensou em fazer?

A primeira coisa que eu pensei foi qual o caminho para tirar meu nome dali. Se não fosse por falta de organização da construtora, isso não teria acontecido. Na época, tinha uma prerrogativa nas leis do trabalho de que o bancário com nome negativado poderia ser demiti-

DESESPERO

“A primeira coisa que eu pensei foi qual o caminho para tirar meu nome dali. Se não fosse por falta de organização da construtora, isso não teria acontecido”

X. CONSUMIDORA

do por justa causa. E eu queria manter o meu emprego, sou concursada.

Quando decidiu procurar a Justiça?

Quando procurei a Justiça, eu não queria indenização, só queria que o meu nome fosse retirado do cadastro. Logo depois que entramos

com ação tiraram o meu nome do Serasa. A indenização foi paga por total estupidez da empresa. Se ela tivesse algum tipo de controle, isso não teria acontecido. Mas a empresa ainda recorreu depois da primeira condenação.

No condomínio onde comprou o apartamento, isso só aconteceu com você?

Não. Tiveram vários casos no meu condomínio, negativaram várias pessoas por causa de erro. Lembro de várias outras pessoas que pagaram o valor por medo de ter o nome negativado. Mas elas tinham é que procurar o Judiciário. Mesmo que não tenha acesso a advogado, que vá atrás da Defensoria Pública ou de facultades com núcleo jurídico. Tem que correr atrás.

uma fatura de R\$ 849,54, onde era cobrada taxa de rescisão contratual. Ela contestou e, após acordo, o valor ficou em R\$ 369,27. O boleto foi quitado pela cliente no prazo. Mas um mês depois, ela foi surpreendida com nova cobrança de R\$ 487,51, motivo pelo qual seu nome foi negativado, considerada ilegal pela Justiça.

FINANCEIRA

▼ **Nem morava no país**
Uma cliente

de uma financeira do Espírito Santo foi indenizada em R\$ 15 mil por danos morais por ter o nome negativado de forma indevida. Ao tentar realizar um empréstimo, foi informada de que seu nome estava no cadastro de devedores. Ao procurar o órgão, descobriu que se tratava de um contrato de financiamento que ela nunca tinha feito. No período da contratação dos serviços, entre 2006 e 2011, a mulher morava em Portugal.

FACULDADE

▼ Cobrança mesmo com a matrícula trancada

Uma facultade da Serra terá que pagar R\$ 3 mil à aluna da instituição por ter continuado cobrando mensalidade após a estudante solicitar trancamento da matrícula. O trancamento foi solicitado em julho de 2010, mas em dezembro de 2011 a aluna recebeu um boleto para a reabertura de sua matrícula, o que ela não queria. Ela não pagou o documento, mas começou a receber novas cobranças, além de ter seu nome negativado.

O QUE FAZER

▼ Descobrir de onde veio a negativação

Se uma pessoa é negativada, mas não tem dívida que justifica tal ato, o primeiro passo é buscar o serviço de proteção ao crédito para saber de onde veio a negativação.

▼ Procurar a empresa

A pessoa que acredita estar negativada indevidamente deve procurar a empresa para tentar resolver o problema, informando a situação e pedindo a exclusão do seu nome do serviço de

proteção ao crédito.

▼ Buscar ajuda

Se a empresa não resolver o problema administrativamente, a dica é procurar o Procon ou um advogado para avaliar se vale a pena ir para a Justiça.

▼ Procurar um juizado especial

A orientação é buscar a Justiça através dos juzizados especiais cíveis, que julgam ações de no máximo 40 salários mínimos, com o pedido para retirar o nome do cadastro negativo e de pagamento de danos morais. Não é necessário ter advogado.

a

NOVA REGRA

3-

Matrícula de imóveis trará dados judiciais

-

1-

A partir de amanhã, para que o comprador de um imóvel saiba se o atual proprietário é alvo de alguma ação na Justiça que possa colocar a propriedade em risco no futuro, bastará olhar na matrícula da uni-

dade para obter essa informação. A lei é de 2015, mas previa um período de adequação de 2 anos. Agora, vale o que está contemplado na matrícula. “O prazo de dois anos foi pensado para que não houves-

se uma correria aos cartórios para a atualização das matrículas dos imóveis”, diz Abelardo Campoy Diaz, diretor do Secovi-SP, entidade do setor imobiliário. “A mudança serve para dar segurança nas negociações, sobretudo para o comprador, além de agilizar o processo de transmissão de propriedade”.

RODRIGO JÚDICE NOVO JUIZ ELEITORAL

“Serei juiz e continuarei advogado”

Novo juiz do TRE, que toma posse amanhã, afirma ter “total independência para julgar” enquanto exerce a advocacia particular

Rodolpho Paixão

Flamenguista e pai de família. Esta é a definição pessoal de Rodrigo Marques de Abreu Júdice, de 45 anos, que toma posse amanhã, às 16h30, como novo juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES). Cargo que ele garante não o impedir de seguir em suas funções de advogado particular.

Eleito por 22 dos 23 desembargadores do Tribunal de Justiça, ainda em 2016 – o presidente se absteve da votação –, Júdice retornou ao cargo de juiz eleitoral após uma temporada de sete anos entre funções públicas e privadas, incluindo a Procuradoria-Geral do Estado, no governo de Renato Casagrande (PSB), e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do atual governo de Paulo Hartung (PMDB).

Recebendo a reportagem em seu escritório de advocacia, Júdice falou sobre o cenário político atual, criticou a minirreforma política, os impactos dela nas campanhas eleitorais, e explicou os motivos que o levaram a se candidatar novamente à cadeira no TRE, que volta a ocupar até fevereiro 2019.

“Até que ponto essa minirreforma foi útil? Será que estimulou o caixa dois, já que as empresas foram proibidas de doar?”

A TRIBUNA: O que motivou a sua escolha em se candidatar novamente ao cargo de juiz eleitoral?

RODRIGO JÚDICE: Fui juiz eleitoral por um ano e dois meses, de 2009 a 2010, e, quando fui convidado para a Procuradoria-Geral (do Estado), renunciei à função. Sinto que ainda tenho algo importante a cumprir no TRE-ES. Sem falar da possibilidade de conviver e debater temas relevantes com excelentes profissionais. É uma possibilidade de aumentar a bagagem de conhecimento.

Isso e o fato de não haver impedimento à carreira na advocacia. > **Então, além de juiz eleitoral, o senhor se manterá advogado? Não há incompatibilidade?**

O meu objetivo ao deixar a Secretaria de Meio Ambiente foi retornar à advocacia privada, profissão que me contagia e me completa como pessoa. Isso não muda.

Além disso, as atividades desempenhadas por um juiz eleitoral não inviabilizam o exercício da advocacia. Um juiz que não advoga para atores políticos, como é o meu caso, tem total independência para

De volta ao TRE

Eleito por 22 dos 23 desembargadores

MORO

Júdice elogiou o juiz Sérgio Moro, mas criticou o que chamou de personificação à imagem dele.

LULA

O novo juiz eleitoral lembrou que o ex-presidente tem todo o direito de se candidatar à Presidência

IMPEACHMENT

Júdice lembrou que o impeachment deixou um legado ao cidadão: o conhecimento da LRF

julgar.

> **O senhor exerceu cargos nas duas últimas gestões estaduais. Isso não seria um problema?**

Me sinto muito à vontade porque em minha história sempre tive preocupação de me basear em elementos técnicos para minhas decisões. Não tenho relação pessoal com as pessoas que hoje ocupam ou que já ocuparam cargos.

Todo profissional que ocupa cargos técnicos como um procurador do Estado – o que sou desde 1997 – tem total independência. Assim como alguém que tenha uma formação semelhante à minha, que não é filiado a partido político algum.

> **O senhor fica no cargo até 2019. Qual desafio para as próximas eleições?**

A minirreforma eleitoral, realizada muito próxima às eleições de 2016, causou muitas judicializações e corremos o risco de ter isso novamente em 2018.

Há uma nova reforma eleitoral prevista e, se não for feita com maior antecedência, teremos novamente um grande número de casos na Justiça.

A Justiça Eleitoral do Estado é muito competente e a contribuição maior que o Estado pode dar é buscar julgar esses processos de maneira célere, dentro do possível, para transmitir segurança.

> **Quais outros problemas a minirreforma trouxe?**



DIVULGAÇÃO/CACA LIMA

QUEM É

Rodrigo Marques de Abreu Júdice

- > NASCIDO em Vitória, tem 45 anos. É casado
- > PASSA o tempo ao lado do filho vendo jogos do Flamengo
- > NO GOVERNO de Renato Casagrande foi procurador-geral do Estado
- > FOI SECRETÁRIO de Meio Ambiente do governador Paulo Hartung
- > FOI juiz eleitoral durante os anos de 2009 e 2010.

JÚDICE disse que ainda sente ter algo importante a cumprir no TRE, depois de ter sido juiz eleitoral até 2010

Quando reformas são feitas muito próximas das eleições você modifica o cenário jurídico. Além disso, existem questões como a redução do tempo de campanha.

Nem todo mundo tem acesso à internet. Esse tempo reduzido impediu a exposição de candidatos e suas ideias e fortaleceu o acesso à política de pessoas mais conhecidas. Artistas ou que já estavam exercendo algum cargo público.

> **E quanto à limitação de doações por empresas?**

Temos de refletir: até que ponto essa minirreforma foi útil? Será que ela estimulou o caixa dois, já que as empresas foram proibidas de doar?

> **Existiram pontos positivos?**

Ao mesmo tempo, o ponto mais positivo da minirreforma foi gerar uma reflexão do papel das doações de campanha nas eleições. Se essa regra vai continuar ou não, só o futuro vai dizer. Mas permitiu uma

“Talvez o nosso maior equívoco seja acreditar que reformas, por si só, vão resolver os problemas sociais e econômicos”

reflexão profunda sobre o papel das empresas com o poder público.

Talvez o nosso maior equívoco seja acreditar que reformas, por si só, vão resolver os problemas sociais e econômicos do País. O interesse pela política é fundamental.

> **O processo de impeachment aumentou esse interesse?**

O maior legado decorrente do processo de impeachment é a importância que foi dada à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O maior legado é que o cidadão pode saber que no Brasil existe uma LRF; está percebendo que o político que cumpre a LRF está conseguindo administrar o seu município e o Estado com muito mais eficiência do que aquele que não cumpriu.

Porque não adianta, por exemplo, prometer uma política pública, uma obra, se no final dela você não tem recurso. Isso se chama gestão.

> **Como enxerga o andamento da Operação Lava a Jato?**

Não há dúvida de que os órgãos de controle do Brasil hoje estão muito mais fortes que anos atrás. Diante dos fatos que estão sendo revelados, é motivo de esperança para que atos de corrupção que as-

sustam brasileiros e causam indignação diminuam no futuro.

> **O nome de Edson Fachin foi uma boa escolha para relatoria da Lava a Jato no Supremo Tribunal Federal (STF)?**

O ministro Fachin é extremamente competente, um profissional que cumpriu missões relevantes como advogado. Como cidadão, tenho muita esperança de que ele continue o trabalho do Teori (Zavacski) da mesma forma, com prudência, coragem e discrição, que é uma qualidade em comum dos dois.

> **O juiz Sérgio Moro merece críticas ao seu trabalho?**

A Justiça Federal no Brasil é muito bem preparada e acredito que o Moro está cumprindo a missão dele. Mas não é um trabalho individual. Tem o apoio da Polícia Federal, outros magistrados federais, não somente ele. A personificação em cima do Moro não é a análise mais correta.

> **De onde vem essa personificação?**

Quem construiu isso foi o imaginário popular de um País carente, sofrido, que sempre precisa de um salvador.

> **Pesquisas recentes colocam o ex-presidente Lula (PT) à frente de uma disputa eleitoral. Ele poderia ser eleito?**

Não tenho como avaliar. Apenas dizer que ele tem todo direito, como todo brasileiro, a se candidatar e expor suas ideias e seu ponto de vista. Possivelmente tem muitas pessoas a favor dele assim como muitas pessoas vão discordar.



FACHADA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, em Vitória: novo juiz eleitoral fica no cargo até fevereiro de 2019

ANTONIO CORREIA - 20/02/2017

Após sete anos, Rodrigo Júdice volta ao TRE e toma posse hoje

Depois de sete anos, Rodrigo Júdice volta a ser juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Ele toma posse hoje, às 16h30, na sede do TRE, Enseada do Suá, em Vitória.

Eleito por 22 desembargadores do Tribunal de Justiça, Júdice retorna ao cargo que ocupou entre 2009 e 2010, quando renunciou do posto.

Nesse hiato, assumiu funções públicas e privadas, incluindo a Procuradoria-Geral do Estado, no governo de Renato Casagrande (PSB), e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do atual governo de Paulo Hartung.

Nascido em Vitória, Rodrigo Júdice tem 45 anos, é casado e pai de família. Ele fica no cargo até fevereiro de 2019. "Sinto que ainda tenho algo importante a cumprir no TRE-ES", disse.

Grupo levou mais de 150 mulheres em 7 anos para se prostituir na Europa

Fantástico seguiu operação que prendeu 15 no Brasil, Itália e Eslovênia. Vítimas tinham documentos apreendidos quando chegavam ao destino.

O grupo criminoso acusado de fazer parte da rede de uma rede internacional de tráfico de seres humanos e favorecimento à prostituição desmontado pela Polícia Federal nesta semana agia desde 2010 e levou para a Europa mais de 150 mulheres nesse período, segundo as investigação.

O Fantástico acompanhou a operação que prendeu 15 pessoas em Fortaleza, Itália e Eslovênia na quarta-feira (15) e teve acesso à parte da investigação que mostra como funcionava o esquema. Os mandados de prisão foram expedidos pela 32ª Vara da Justiça Federal no Ceará. Na Operação Marguerita, a PF teve a parceria das polícias da Itália, da Eslovênia e também da Interpol.

Se condenados, os envolvidos com a quadrilha podem pegar 25 anos pelos crimes de tráfico internacional de pessoas, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Prisões

A ação começou ainda de madrugada. Em um condomínio da Avenida Beira-Mar, em Fortaleza, a Polícia Federal prendeu os eslovenos Vito Camerník e Tíne Mótoh, suspeitos de fazer parte da rede que explorava brasileiras na Itália e na Eslovênia. Três italianos – Marco Paolo Villa, Flávio Frúgis e Pasquale Ferrante – também foram presos.

Brasileiros que trabalhavam para a quadrilha também foram presos na Itália e na Eslovênia. Com a ajuda da Interpol e dos adidos da Polícia Federal na Embaixada em Roma, a polícia italiana prendeu três brasileiras acusadas de fazer parte da quadrilha: Carla Sueli Silva Freitas, Dayana Paula Ribeiro da Silva - conhecida como Paloma, e Emanuella Andrade Bernardo. Carla, Dayana e Emanuella ainda não foram extraditadas ao Brasil.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/02/veja-como-funcionava-o-esquema-de-traffic-de-mulheres-para-o-exterior.html>